

Defensor da reforma tributária diz que governo manipula dados

BRASÍLIA — Os constituinte José Serra, Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) estão unindo esforços para denunciar as análises do governo sobre o projeto de reforma tributária da Constituinte. Segundo Serra, o governo está "manipulando números" para tentar sabotar o projeto tributário resultante de um acordo firmado por parlamentares e secretários da Fazendas, representando os blocos de estados mais ricos e mais pobres do país.

O "desmascaramento" dos números do governo está sendo trabalhado pela assessoria técnica dos três parlamentares. Na quinta-feira Serra iniciou o contra-ataque à Receita Federal, distribuindo entre os constituintes um documento intitulado "As tabelas pseudotécnicas".

As tabelas a que se refere o documen-

to foram distribuídas aos constituintes a partir de quarta-feira, sendo acompanhadas por um texto curto que induzia à interpretação de que a reforma tributária ampliaria as disparidades regionais do país. Serra mobilizou imediatamente sua assessoria para analisar o documento e horas depois distribuiu um texto de quatro laudas, denunciando a "má-fé" do estudo da Receita Federal.

Confiabilidade — Serra denuncia em sua análise a "baixa confiabilidade" de um estudo que trabalha com previsões de arrecadação em 1988, índice que é condicionado por uma imprevisível taxa de inflação e de crescimento do país. O deputado alerta ainda para o fato de que as tabelas, ao referirem-se à "distribuição regional", não definem o objeto de distribuição, favorecendo a crença de que a partilha se faz sobre todos os

recursos disponíveis, quando na verdade ela se dá sobre um bolo tributário que exclui as receitas próprias de estados e municípios.

O deputado Ulysses Guimarães afirmou que o governo não tem motivo para reclamar da reforma tributária proposta pela Constituinte. Ulysses argumentou que todos os segmentos da sociedade tiveram oportunidade para expressar-se diante da Constituinte e que "ninguém pode vir agora alegar surpresa".

A persistência do texto em votação durante todas as fases da Constituinte — subcomissão, comissão, Sistematização — foi lembrada pelo deputado, que buscou rememorar "as infundáveis reuniões de lideranças" ocorridas no sentido de aperfeiçoá-lo. Ulysses disse que durante este processo "o governo teve oportunidade também de opinar".

Brasília - Gilberto Alves



Os deputados negros Paulo Paim (PT-RS), Edmilson Valentim (PCB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) registraram nos anais da Constituinte requerimento propondo a formação de uma Comissão Externa do Poder Legislativo para observar os efeitos e repercussões do apartheid na África do Sul, na Namíbia, em Angola e Moçambique. Essa comissão iria à África logo após a promulgação da nova Constituição. Ao entregar o documento ao deputado Ulysses Guimarães, a deputada Benedita da Silva (foto) lembrou que mais de 300 constituintes já assinaram exposição de motivos ao presidente da República pedindo o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com o regime do apartheid".

Empresário acompanha Ordem Econômica

A União Brasileira de Empresários (UBE) fez uma avaliação dos trabalhos da Constituinte e, segundo o coordenador da entidade e presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos, concluiu que na próxima semana, quando começam a ser votados os temas polêmicos da Ordem Econômica, "será fundamental que haja um comparecimento maciço dos parlamentares". Acrescentou que a expectativa do empresário "é de que seja aprovada a proposta do *Centrão*, pois com ela há perspectivas boas para a economia do país, com liberdade de atuação para a iniciativa privada".

"Queremos que os constituintes venham votar, só isso", reclamou Oliveira Santos, ressaltando que os constituintes "merecem todo o respeito e admiração, mas precisam ultimar os trabalhos da nova Constituição, para evitar que a economia fique paralisada". O coordenador da UBE garantiu que a reunião de ontem adquiriu caráter especial ante a iminência da votação do título da Ordem Econômica, prevista para semana que vem.

Participaram do encontro os presidentes das confederações nacionais da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), e da Agricultura, deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), além de Carlos Brandão e Cristiano Buarque, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Arthur João Donato, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Hiran Corrêa, da Associação Comercial de Minas Gerais; e do deputado Denisar Arneiro (PMDB-RJ), vice-presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres. A CNC também foi representada por Sylvio Pedrosa.

Estado-empresário — Oliveira Santos fez severas críticas ao papel do Estado como empresário, apontando o rombo do Banerj como exemplo. No seu entendimento, a proposta do *Centrão* para a Ordem Econômica "dá uma espinha dorsal" para um novo papel do Estado. "Queremos um sistema econômico que dê chances à iniciativa privada, pois não será através do Estado-empresário que se vai enriquecer o povo brasileiro", disse.

O coordenador da UBE alertou os

constituintes para o item que prevê a nacionalização das distribuidoras de derivados de petróleo. "A Esso, Shell, Texaco e Atlantic têm uma longa história de contribuição ao progresso do Brasil e algumas delas já estão no país mesmo antes da criação da Petrobrás", argumentou.

A eventual exclusão dessas companhias do mercado brasileiro resultaria, na opinião do coordenador da UBE, em crescentes barreiras para a atuação da Petrobrás no exterior, principalmente com restrições à comercialização dos excedentes brasileiros de gasolina. "Além disso, teríamos que montar uma nova rede de postos de serviço e indenizar os atuais proprietários. Teríamos que arrumar cerca de 2 bilhões de dólares para efetivar a indenização", explicou.

Para Antônio Oliveira Santos, a proibição da atividade das multinacionais do petróleo "teria um efeito ainda mais devastador: a criação de barreiras ostensivas contra o Brasil no mercado internacional de crédito. Seria uma consequência semelhante à da moratória".